



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo PD nº 001.094/11-4)

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente nº 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das pessoas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204/2007, do Decreto nº 3.931/2001 e do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e tendo em vista o que consta do Processo PD nº 001.094/11-4, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinado ao **fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização, com acesso via rede local (TCP/IP), compreendendo a cessão de direito de uso de até 1.625 (um mil seiscentos e vinte e cinco) equipamentos, novos, não remanufaturados, de primeiro uso, e em linha de produção; bem como sua instalação e configuração nos locais previamente determinados pelo Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 26/09/2012.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **www.comprasnet.gov.br**.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, contratar o destinado ao **fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização, com acesso via rede local (TCP/IP), compreendendo a cessão de direito de uso de até 1.625 (um mil seiscentos e vinte e cinco) equipamentos, novos, não remanufaturados, de primeiro uso, e em linha de produção; bem como sua instalação e configuração nos locais previamente determinados pelo Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATSER e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **www.comprasnet.gov.br**.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como não poderão participar, direta ou indiretamente, as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.



SENADO FEDERAL

CAPITULO III – DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento, realizar vistoria técnica a fim de conhecer a plataforma atualmente instalada, instalações de infraestrutura, condições ambientais e locais para acomodação dos profissionais a serem porventura alocados na prestação do serviço, bem como obter todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações objeto do contrato. A vistoria deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, na Secretaria Especial de Informática – SEI/ PRODASEN nos horários de 9h às 18h, devendo ser agendada pelo telefone (61) 3303-2355 e realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, antes da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Secretaria Especial de Informática – SEI/PRODASEN.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 – A apresentação do Termo de Vistoria ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

4.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário, total do item, e global da proposta**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.1 – Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

4.2.2 – As licitantes deverão encaminhar Planilha de Formação de Preços preenchida, conforme modelo constante no Anexo 05.

4.2.2.1 – Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para 12 meses, considerando o Total Custo Fixo + Total Da Produção, constante na Planilha citada.



SENADO FEDERAL

4.2.3 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

4.3 - A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do Sistema Eletrônico, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, conforme especificações constantes do Anexo 02.

4.3.1 – O SENADO poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesma da apresentação de eventual amostra.

4.3.2 – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 4.3.1 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

4.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão implica a aceitação dos prazos indicados:

4.4.1 – Prazo de entrega dos equipamentos de, no máximo, **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada da Nota de Empenho.

4.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica na aceitação dos prazos indicados neste edital.

4.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que deixarem de cotar qualquer item ou as que desatendam às exigências deste edital.

4.7 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.8 - A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema.



SENADO FEDERAL

4.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.10 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.10.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

4.10.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site www.comprasnet.gov.br.

5.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

7.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

8.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2008.

8.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas



SENADO FEDERAL

jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

CAPÍTULO X - DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br, cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

11.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 4, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços.

11.1.2 – A licitante vencedora deverá encaminhar Planilha de Preços, conforme modelo constante no Anexo 5.



SENADO FEDERAL

11.1.3 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

11.1.4 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 1), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

11.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

11.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XII - DA AMOSTRA E DA PROVA DE CONCEITO (POC)

12.1 – O Pregoeiro solicitará a primeira classificada, sob pena de desclassificação, apresentar amostra dos itens ofertados, bem como comprovar todos os recursos das especificações mínimas constantes do Anexo 2 do edital. Os equipamentos apresentados pela licitante serão submetidos à Prova de Conceito, para fins de homologação, conforme abaixo detalhado:

12.1.1 – A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da divulgação do encerramento da etapa de lances, para avaliação técnica da Prova de Conceito, no PRODASEN, situado à Via N2, Anexo C do Senado Federal, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

12.1.2 – Será aprovado a licitante que instalar e demonstrar as funcionalidades descritas, deixando os equipamentos operantes para avaliação da Comissão do Senado Federal, que será efetuada em até 3 (três) dias úteis.

12.1.2.1 – Às demais licitantes participantes do certame será permitido acompanhar e observar a prova de conceito dos equipamentos, bem como sua avaliação pela referida Comissão.



SENADO FEDERAL

12.1.3 – Ao final da Prova de Conceito, caso a avaliação da melhor proposta resulte em uma das situações de insuficiência, ou seja, o não atendimento de algum requisito apresentado, as amostras serão reprovadas e será convocada a autora da segunda melhor proposta para apresentação de amostras, e assim, sucessivamente.

12.2 - As amostras aprovadas na Prova de Conceito (POC) permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

12.3 - As amostras fornecidas serão devolvidas na forma em que se encontrarem após a Prova de Conceito (POC), sem responsabilidade para o SENADO.

12.4 - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.

CAPÍTULO XIII – DA HABILITAÇÃO

13.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do Nível I ao Nível IV do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

13.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do Nível I ao Nível IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

13.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

13.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto em quantidade compatível com o da presente licitação, em papel timbrado do emitente, contendo o nome da empresa, a identificação do signatário, endereço completo, telefone e endereço de correio eletrônico para contato, comprovando que a licitante possui experiência e já executou, a contento, serviço de gestão de impressão com utilização de Software de Gerenciamento e Controle de Bilhetagem e Produção na quantidade de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total anual de páginas impressas estimado no Projeto Básico, sendo permitido o somatório de, no máximo, dois atestados para o alcance desse percentual.
- b) Comprovação de possuir em seu quadro de empregados, na data fixada para a sessão pública, técnicos em Tecnologia da Informação, com formação em manutenção de impressoras, apresentando os respectivos



SENADO FEDERAL

currículos, os quais devem ser atualizados na hipótese de substituição dos profissionais a serviço do Senado Federal.

- b.1)** A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou de contrato de prestação de serviço.

13.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a)** comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um);
- b)** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

13.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

13.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a)** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1)** declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2)** declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
 - a.3)** Declaração de Proposta Independente (DPI).
 - a.4)** Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme previsto no Capítulo III deste edital.

13.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico



SENADO FEDERAL

copeli@senado.gov.br no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

13.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada à **Via N2, Bloco de Apoio II do Senado Federal, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

13.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

13.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

13.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

13.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

13.8.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

13.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.



SENADO FEDERAL

13.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XIV – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada na Prova de Conceito (POC) ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XV – DO RECURSO

15.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

15.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

15.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

15.3 – Admitido o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

15.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão



SENADO FEDERAL

Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XVI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

16.2 – A homologação deste Pregão compete ao Diretor-Geral do Senado Federal.

16.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVII – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, informando o local, data e hora.

17.1.1 – O prazo poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENADO.

17.2 – No caso de a primeira licitante classificada, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a licitante seguinte antes de efetuar seu registro.

17.3 – Publicada na Imprensa Oficial a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme o art. 10 do Decreto nº 4.931/2001.

17.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao Fornecedor Beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CAPÍTULO XVIII – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIX – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

19.1 – O Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

19.2 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Senado Federal – Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 4.931/2001.

19.3 – Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.4 – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão aderente poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 8º, § 3º, do Decreto nº 3.931/2011.

19.4.1 – Respeitado o limite máximo individual por órgão aderente, o quantitativo total a ser contratado pelo conjunto de todas as adesões não poderá ser superior a 5 (cinco) vezes a quantidade registrada.

CAPÍTULO XX – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 – A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

20.2 – A convocação do Fornecedor Beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinar o contrato.

20.3 – O Fornecedor Beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não assinar o contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XXI – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

21.1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 12 do Decreto nº 4.931/2001 e do art. 65 da Lei nº 8.666/1994.

21.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 12 do Decreto nº 4.931/2001 e do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

21.3 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Fornecedor Beneficiário registrado será convocado pelo SENADO para negociação do valor registrado em Ata.

CAPÍTULO XXII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

22.1 – O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

22.1.1 – a pedido, quando:

22.1.1.1 – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

22.1.1.2 – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

22.1.2 – por iniciativa do SENADO, quando:

22.1.2.1 – o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

22.1.2.2 – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

22.1.2.3 – por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

22.1.2.4 – não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;



SENADO FEDERAL

22.1.2.5 – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

22.1.2.6 – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

22.1.3 – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

22.2 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

22.2.1 – por decurso do prazo de vigência;

22.2.2 – por extinção de seu objeto; e

22.2.3 – quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXIII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o Fornecedor Beneficiário para assinatura do Contrato, dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

23.1.1 – A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o SENADO a convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o contrato.

23.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

23.3 – O contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 171/2012, constante do Processo nº 001.094/11-4, à Ata de Registro de Preços e à proposta vencedora.

23.4 – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição do contrato.



SENADO FEDERAL

23.5 – Para assinatura do contrato referida no item 23.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

CAPÍTULO XXIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

24.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**.

24.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

24.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**.

24.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XXV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

25.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência;

Anexo 2 – Quantidades e especificações técnicas;

Anexo 3 – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo 4 – Modelo de apresentação de proposta da licitante vencedora

Anexo 5 – Planilha de Formação de Preços

Anexo 6 – Minuta de Contrato

Anexo 7 – Termo de Confidencialidade da Informação



SENADO FEDERAL

25.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

25.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

25.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

25.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

25.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.8 – Não poderá o Fornecedor Beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente edital, salvo autorização específica do Senado.

CAPÍTULO XXVI – DO FORO

26.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 11 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 171/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo PD nº 001.094/11-4)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto	Fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização, com acesso via rede local (TCP/IP), compreendendo a cessão de direito de uso de até 1.625 (um mil seiscentos e vinte e cinco) equipamentos, novos, não remanufaturados, de primeiro uso, e em linha de produção; bem como sua instalação e configuração nos locais previamente determinados pelo Senado Federal.			
Quantidade e especificações do objeto	Conforme Anexo 02 (Quantidades e Especificações Técnicas)			
Valor estimado	Item	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal
	Item 1	700	196,10	137.200,00
	Item 2	400	264,00	105.600,00
	Item 3	250	574,21	143.552,50
	Item 4	25	1.737,48	43.437,00
	Item 5	250	183,19	45.797,50
	Item 6	2.200.000	0,042	92.400,00
	Item 7	462.500	0,526	243.275,00
	Valor estimado mensal: R\$ 811.262,00 Valor estimado global anual: R\$ 9.735.144,00 (nove milhões setecentos e trinta e cinco mil cento e quarenta e quatro reais).			
Justificativa	A contratação visa à: a) racionalização do uso do parque de impressoras do Senado Federal, com consequente redução dos custos envolvidos, adequação à realidade orçamentária e alinhamento com o Programa Senado Verde; b) viabilização da utilização de procedimentos para melhorar o gerenciamento do parque de impressão;			



SENADO FEDERAL

	c) melhoria do atendimento aos usuários e aprimorar a gestão sobre os recursos do parque de impressão do Senado Federal; d) integração com os esforços para implantação dos processos administrativos e legislativos eletrônicos.
Prazo de entrega	De, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, acompanhada da nota de empenho.
Vigência da Ata de Registro de Preços	12 (doze) meses
Vigência do Contrato	Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 6).
Adjudicação	Menor Preço Global.
Local de entrega	Secretaria Especial de Informática – Sei/PRODASEN, situada à Via N2, Anexo C do Senado Federal, CEP 70.165-900, Brasília-DF.
Forma de Pagamento	Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 6)
Fiscalização	Conforme Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo 6)

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 171/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo PD nº 001.094/11-4)

ANEXO 2

QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E REGIME DE EXECUÇÃO

CATSER: 16764

OBJETO: Fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização e fax, com acesso via rede local (TCP/IP), compreendendo a cessão de direito de uso de 1.625 (um mil seiscentos e vinte e cinco) equipamentos, cujas especificações técnicas constam deste anexo, incluindo: a) fornecimento de softwares de gerenciamento de cotas, monitoramento, gestão e bilhetagem de impressão, acessórios, suprimentos, insumos/consumíveis originais (toner e outros, exceto papel), assistência técnica / manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças originais necessárias ao seu perfeito funcionamento, bem como quaisquer outros elementos necessários à prestação dos serviços de impressão no Senado Federal; e b) serviço de instalação, remanejamento e operacionalização da solução para atender as necessidades de impressão do Senado Federal.

Os equipamentos serão instalados de forma distribuída por todo o sítio do Senado Federal, Residências Oficiais e Aeroporto Internacional de Brasília.

A solução de impressão e digitalização contempla o fornecimento de equipamentos, sistemas e prestação de serviços, abaixo discriminados:

- I - Os equipamentos fornecidos deverão ser de última geração, novos e sem uso, e devem ser devidamente instalados, sendo que as impressoras laser e as multifuncionais assim como seus módulos opcionais deverão ser do mesmo fabricante, visando à padronização do hardware e tornando uniformes os procedimentos de customização de formulários;
- II – Fornecimento dos suprimentos: toner e hits de manutenção das impressoras novos e originais do fabricante;
- III – Fornecimento de suporte técnico, quando necessário;
- IV - Fornecimento de assistência técnica on-site;
- IV – Fornecimento de Software para gerenciamento e monitoramento on-line do ambiente, informando níveis de abastecimento de papel e toner, necessidades de troca de kits de manutenção, contabilização das impressões de cada equipamento, informando, separadamente o quantitativo de páginas impressas coloridas e monocromáticas, quando for o caso;
- IV – Fornecimento de software para bilhetagem e controle de cotas;



SENADO FEDERAL

- V – Disponibilização de pelo menos 5 (cinco) licenças dos softwares relacionados acima, para uso dos técnicos do PRODASEN que farão o acompanhamento, a gestão e a fiscalização do contrato;
- VI – Emissão mensal de relatórios gerenciais ou sempre que solicitado.

QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- a) Para efeito de padronização e facilidade de uso pelos usuários, todos os equipamentos das 5 (cinco) categorias relacionadas no item 1. Equipamentos deverão ser de um mesmo fabricante, e estar em conformidade com as especificações de cada uma das categorias;
- b) Com o objetivo de padronização e facilidade de uso pelos usuários, é desejável que todos os modelos de impressoras e multifuncionais oferecidos se utilizem de um driver único de impressão;
- c) Os equipamentos especificados nas categorias 2, 3, 4 e 5, deverão ser entregues com uma solução de controle de impressão colorida, permitindo restringir a impressão colorida através do login de rede do usuário e/ou aplicação sem o uso de fila de impressão para tal finalidade;
- d) Os equipamentos especificados nas categorias 2, 3, 4 e 5, deverão ter contadores distintos para páginas coloridas e monocromáticas;
- e) Para os equipamentos multifuncionais deverá ser fornecida solução corporativa de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) em língua portuguesa baseado em servidor, sem aplicativos instalados nas estações dos usuários, permitindo o envio do documento para pastas de rede ou servidores FTP, no mínimo nos formatos RTF, TXT, PDF (pesquisável), HTML e XML, a ser instalado em equipamento fornecido pela CONTRATANTE.
- f) Deverá ser fornecida solução para criação de menus no painel frontal da multifuncional, criando botões com perfis de digitalização para fluxo de trabalho de documentos a serem digitalizados, permitindo a criação de arquivos METADATA (xml, txt ou compatível) com base em informações inseridas na multifuncional através de perguntas realizadas no painel touch-screen, inserindo facilmente a informação correta de indexação antes que o documento seja digitalizado, reduzindo o tempo de busca de documentos – Exemplos de menus personalizados: número do processo, lista de fornecedores, tipo de documento, etc.
- g) Deverá ser fornecido pelo menos um conjunto de manuais impressos, em língua portuguesa do Brasil, de cada categoria de equipamentos que serão alocados para a prestação dos serviços contratados;
- h) Os equipamentos que compõem a solução deverão ter seu funcionamento restrito às suas funções, não podendo interferir no funcionamento da rede local nem nas estações de trabalho da CONTRATANTE.

1. Equipamentos

1.1. **Impressora Laser Monocromática, A4, 50 PPM - Categoria 01 (700 un.).**

- 1.1.1. Sistema de Impressão: Laser monocromática;
- 1.1.2. Velocidade de impressão: No mínimo 50 ppm em papel A4 ou carta;
- 1.1.3. Resolução: 1200x600 dpi;
- 1.1.4. Ciclo mensal de impressão: 200.000 páginas;



SENADO FEDERAL

- 1.1.5. Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 11 segundos;
- 1.1.6. Processador mínimo de 500 Mhz;
- 1.1.7. Memória: 128 Mb, expansível até 512Mb;
- 1.1.8. Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100;
- 1.1.9. Formatos: A4, ofício e carta;
- 1.1.10. Alimentação de Papel: 02 Gavetas Frontais com capacidade para 500 folhas cada;
- 1.1.11. Alimentador manual para no mínimo 100 folhas;
- 1.1.12. Saída de Papel: Possuir saída de papel, pelo menos 250 folhas.
- 1.1.13. Possuir disco rígido ou unidade de armazenamento não volátil para armazenamento de trabalhos de impressão segura com capacidade de programação do tempo de disponibilidade da impressão;

1.2. Impressora Laser Colorida, A4, 30 PPM - Categoria 02 (400 Un.)

- 1.2.1. Sistema de Impressão: Laser Colorida;
- 1.2.2. Velocidade: No mínimo 30 ppm em papel A4 ou carta;
- 1.2.3. Resolução: 1200x600 dpi;
- 1.2.4. Ciclo mensal de impressão: 70.000 páginas;
- 1.2.5. Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 15 segundos;
- 1.2.6. Processador mínimo de 500 Mhz;
- 1.2.7. Memória: 256 Mb, expansível até 512Mb;
- 1.2.8. Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100;
- 1.2.9. Formatos: A4, Carta e Ofício;
- 1.2.10. Alimentação de Papel: 01 Gaveta Frontal com capacidade para 250 folhas;
- 1.2.11. Alimentador manual para no mínimo 100 folhas;
- 1.2.12. Saída de Papel: Possuir saída de papel, pelo menos 250 folhas.
- 1.2.13. Possuir disco rígido ou unidade de armazenamento não volátil para armazenamento de trabalhos de impressão segura com capacidade de programação do tempo de disponibilidade da impressão;

1.3. Multifuncional Laser Colorida, A4, 30 PPM - Categoria 03 (250 Un.)

- 1.3.1. Sistema de Impressão: Laser Colorida;
- 1.3.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as 05(cinco) funções: Cópia, Impressão, Fax, Digitalização em rede e Envio de e-mail;
- 1.3.3. Possibilidade de desativação das funções de cópia e fax;
- 1.3.4. Velocidade: No mínimo 30 ppm em papel A4 ou carta;
- 1.3.5. Resolução: 1200x600 dpi;
- 1.3.6. Ciclo mensal de impressão: 70.000 páginas;
- 1.3.7. Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 15 segundos;
- 1.3.8. Função cópia/digitalização deverá suportar resolução de até 600x600 dpi;
- 1.3.9. Ampliação e redução por zoom de 25% a 400%;
- 1.3.10. Scanner de mesa, integrado ao equipamento, com capacidade de digitalização monocromática e policromática;
- 1.3.11. Digitalização com formatos de arquivos TIFF, JPG e PDF (single e multipage) com funcionamento em rede (scan-to-folder ou scan-to-email);
- 1.3.12. Permitir autenticação do usuário no Servidor LDAP ou Kerberos;
- 1.3.13. Alimentador automático (ADF) de papel comum tamanho A4, A5, A6, carta e ofício;
- 1.3.14. Alimentador automático (ADF) de papel com capacidade de no mínimo 50 (cinquenta) folhas;
- 1.3.15. Processador mínimo de 500 Mhz;



SENADO FEDERAL

- 1.3.16. Memória: 512 Mb, expansível até 1Gb;
- 1.3.17. Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100/1000;
- 1.3.18. Formatos: A4, Carta e Ofício;
- 1.3.19. Alimentação de Papel: 01 Gaveta Frontal com capacidade para 250 folhas;
- 1.3.20. Alimentador manual para no mínimo 100 folhas;
- 1.3.21. Saída de Papel: Possuir saída de papel, pelo menos 250 folhas.
- 1.3.22. Possuir disco rígido ou unidade de armazenamento não volátil para armazenamento de trabalhos de impressão/digitalização com capacidade mínima de 80Gb e capacidade de programação do tempo de disponibilidade da impressão;
- 1.3.23. Funcionalidade de GED ou aplicações específicas: Sim.
- 1.3.24. Digitalização nos formatos: mínimo tiff, jpg e pdf;
- 1.3.25. Possuir painel de toque (touch-screen) com interface gráfica, entrada de dados através de teclado alfanumérico, para desenvolvimento de arquivos digitalizados e indexados;
- 1.3.26. Interface gráfica, entrada de dados através de teclado alfanumérico, para desenvolvimento de arquivos digitalizados e indexados;
- 1.3.27. Possuir entradas USB ou outro tipo, para conexão de leitoras magnéticas ou leitoras óticas;
- 1.3.28. Nas possibilidades de digitalização descritas, deverá ser possível realizar a operação de digitalização e envio do documento diretamente do equipamento, sem a necessidade de utilização de um microcomputador;
- 1.3.29. No caso da digitalização e envio de documentos diretamente a banco de dados, deve ser possível a informação, via painel de operação, de outros parâmetros por meio de digitação de textos, números e escolha de opções a serem definidas, que deverão integrar o comando de inserção do documento na tabela do banco de dados;
- 1.3.30. O equipamento deverá ser acompanhado de todos os softwares e documentação necessários à implementação das possibilidades de digitalização descritas;
- 1.3.31. Quando o software não for do mesmo fabricante do equipamento, o licitante deverá apresentar carta do fabricante do multifuncional homologando o funcionamento;
- 1.3.32. Para captura de imagem o equipamento deverá contar com uma API (Interface Application) compatível com o ambiente Windows e Linux para captura de imagem e colocação do arquivo digitalizado numa pasta de rede. A empresa licitante deverá desenvolver aplicação piloto para integração com sistemas do PRODASEN. O desenvolvimento dos aplicativos deverão seguir as normas e diretrizes determinadas pelo PRODASEN e ajustadas com o fornecedor;
- 1.3.33. O equipamento deve suportar a customização do menu, com a inclusão de novas funcionalidades e a construção de formulários para permitir a integração com sistemas existentes na instituição;
- 1.3.34. O equipamento deve possuir facilidades de comunicação através de Webservices;
- 1.3.35. Deve acompanhar aplicativo OCR (Optical Character Recognition) em língua portuguesa, incluindo a licença de uso ou versão OEM do FABRICANTE.

1.4. Multifuncional Laser Colorida, A3, 40 PPM - Categoria 04 (25 Un.)

- 1.4.1. Sistema de Impressão: A Laser ou Led Colorida;
- 1.4.2. Velocidade: No mínimo 40 ppm em papel A4 ou carta.
- 1.4.3. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as 05(cinco) funções: Cópia, Impressão, Fax, Digitalização em rede e Envio de e-mail;
- 1.4.4. Possibilidade de desativação das funções de cópia e fax;



SENADO FEDERAL

- 1.4.5. Recurso de programação do tempo de disponibilidade da impressão;
- 1.4.6. Resolução: 1.200x600 dpi;
- 1.4.7. Ciclo mensal de impressão: 200.000 páginas;
- 1.4.8. Possuir disco rígido ou unidade de armazenamento não volátil para armazenamento de trabalhos de impressão segura com capacidade de programação do tempo de disponibilidade da impressão;
- 1.4.9. Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 12 segundos;
- 1.4.10. Função cópia/digitalização deverá suportar resolução de até 600x600 ppp;
- 1.4.11. Ampliação e redução por zoom de 25% a 400%;
- 1.4.12. Scanner de mesa, integrado ao equipamento, com capacidade de digitalização monocromática e policromática;
- 1.4.13. Digitalização com formatos de arquivos TIFF, JPG e PDF (single e multipage) com funcionamento em rede (scan-to-folder ou scan-to-email);
- 1.4.14. Permitir autenticação do usuário no Servidor LDAP ou Kerberos;
- 1.4.15. Alimentador automático (ADF) de papel comum tamanho A3, A4, A5, A6, carta e ofício;
- 1.4.16. Alimentador automático (ADF) de papel com capacidade de no mínimo 50 (cinquenta) folhas;
- 1.4.17. Processador de 800 MHz ou superior;
- 1.4.18. Memória RAM instalada de pelo menos 512 MB;
- 1.4.19. Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100/1000;
- 1.4.20. Tamanho do papel: A3, A4, Carta e Ofício;
- 1.4.21. Bandeja de entrada para no mínimo 1.000 folhas;
- 1.4.22. Bandeja manual com capacidade mínima de 100 folhas;
- 1.4.23. Bandeja de saída com capacidade para no mínimo 500 folhas;
- 1.4.24. Deverá acompanhar solução corporativa de reconhecimento de caracteres (OCR) com pelo menos 1 licença para cada impressora para instalação em servidor do CONTRATANTE;
- 1.4.25. Pannel de toque ("touch-screen"), com instruções em português ou símbolos de entendimento universal, que permita entrada de "login" e senha com autenticação no Active Directory (AD) do Windows;

1.5. Impressora Laser Colorida, A4, 20 PPM - Categoria 05 (250 un.).

- 1.5.1. Sistema de Impressão: Laser colorida;
- 1.5.2. Velocidade de impressão: No mínimo 20 ppm em papel A4 ou carta;
- 1.5.3. Resolução: 600x600 dpi;
- 1.5.4. Ciclo mensal mínimo de impressão: 40.000 páginas;
- 1.5.5. Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 15 segundos;
- 1.5.6. Processador mínimo de 450 Mhz;
- 1.5.7. Memória: 128 Mb, expansível até 256Mb;
- 1.5.8. Conectividade: USB 2.0 e ETHERNET 10/100;
- 1.5.9. Formatos: A4, ofício e carta;
- 1.5.10. Alimentação de Papel: Capacidade para 100 folhas;
- 1.5.11. Saída de Papel: Possuir saída de papel, pelo menos 100 folhas.

OBSERVAÇÕES: Requisitos comuns a todos os equipamentos:

- a) Equipamentos novos do fabricante e em linha de produção, primeira locação, comprovada através de nota fiscal do fabricante, com garantia, inclusive ao toner e peças;



SENADO FEDERAL

- b) Todos os equipamentos devem ser Compatíveis com os Sistemas Operacionais Linux, Windows 2003, 2008, XP, Windows 7 e UNIX;
- c) Possuir tensão de 110/220V, havendo necessidade, a licitante deverá fornecer os equipamentos com transformador / estabilizador.
- d) Frente e Verso (Duplex): Automático (**não exigido para categoria 5**);
- e) Linguagem de Impressão: PCL5, PCL6 e Post Script 3, sendo aceita emulação das mesmas;
- f) Protocolo de Rede: TCP/IP v4 e SNMP v1;
- g) Impressão confidencial: Permitir impressão confidencial com uso de senha. (**não exigido para categoria 5**);
- h) Painel de Controle: Frontal com botões, display e Leds para exibição do Status Operacional;
- i) Visor: Em Português;
- j) Qualificação Energy Star;
- k) Software de instalação e drivers de impressão;
- l) Utilização de carga remota via Rede; (**não exigido para categoria 5**);
- m) Configuração dos equipamentos via Rede ou Web;
- n) Função de impressão multi-páginas;
- o) Software de contabilização para qualquer tipo de Requisição ou Job;
- p) Contabilização de impressão para cada usuário individualmente em tempo real; (**não exigido para categoria 5**);
- q) Ferramenta de análise de nível de utilização ou subutilização dos equipamentos e/ou recursos;
- r) Gerenciamento remoto das impressoras em rede com recursos em status on-line; gerenciamento centralizado (Via Rede e Web); alertas em tempo real. Realização de inventário completo; log detalhado por equipamento, usuário, tipo de trabalho, hora, número de páginas impressas.

2. Sistemas

2.1 Características do Sistema de Gerenciamento dos Equipamentos

Este sistema deverá efetuar a monitoração dos processos de impressão, cópia e digitalização, via rede. A CONTRATADA deverá operar o sistema, porém possibilitando acesso total ao aplicativo por parte da equipe responsável pelo gerenciamento dos serviços no PRODASEN. O sistema deverá ser capaz de:

- 2.1.1. Gerenciar remotamente via rede TCP-IP os equipamentos instalados permitindo efetuar alterações de configuração, checagem do status de impressão, checagem do nível dos insumos de impressão e habilitar/desabilitar painel frontal da impressora;
- 2.1.2. Deverá fazer uso do protocolo SNMP para captura de informações das impressoras;
- 2.1.3. Deverá controlar acesso as configurações das impressoras através do uso de senha para Grupos ou Usuários;



SENADO FEDERAL

- 2.1.4. Possibilitar agendamento e automação de tarefas relacionadas ao gerenciamento e manutenção das impressoras/multifuncionais.
- 2.1.5. Verificação da situação do equipamento;
- 2.1.6. Verificação da situação dos trabalhos de impressão;
- 2.1.7. Deverá emitir alertas, em tempo-real, com relação aos insumos (toner, etc) com possível aplicação de filtros;
- 2.1.8. Realizar inventário automático de impressoras (relação de todas as impressoras instaladas);
- 2.1.9. Possuir base de dados compatível no padrão SQL;
- 2.1.10. Possuir interface Web (Browser);

2.2 Características do Sistema de Bilhetagem e Controle de Cotas

Este sistema deverá possibilitar a contabilização de impressões e cópias provendo relatórios estatísticos individualizados por equipamento e por usuário que

- 2.2.1. Apresentar um mecanismo de autenticação, onde cada usuário deverá se autenticar com sua senha individual ou cartão de aproximação padrão HID;
- 2.2.2. Realizar a contabilidade e o controle de custos de impressões e cópias em máquinas;
- 2.2.3. Informar usuário, nome do documento, horário de impressão, impressora, número de páginas, cor (colorido ou monocromático), modo de impressão (simplex ou duplex), tamanho do papel e custo para cada documento impresso;
- 2.2.4. Permitir a instalação e atualização transparentes para o usuário através de login script, instalando o módulo cliente apenas em estações que possuam impressoras locais ou de rede configuradas;
- 2.2.5. Permitir a centralização automática de dados a partir de todo o sítio do Senado Federal e a geração de relatórios integrados com os dados de todos os postos instalados;
- 2.2.6. Permitir a administração de custos por grupos de impressoras;
- 2.2.7. Possuir interface Web (Browser);
- 2.2.8. Fornecer relatórios de contabilidade e de custos por usuários, impressoras e servidores de impressão;
- 2.2.9. Permitir a definição de Centros de Custos e a geração de relatórios a partir dos mesmos;
- 2.2.10. Permitir a definição do limite de cotas, por usuário e a geração de relatórios de utilização de cotas;
- 2.2.11. Permitir a programação de depósitos periódicos nas cotas dos usuários e impressoras, a fim de automatizar a gestão dos limites;
- 2.2.12. Permitir a exportação dos dados para análise em planilha eletrônica compatível com OpenOffice Planilha Eletrônica e Microsoft Excel;
- 2.2.13. Possuir base de dados compatível com o padrão SQL;
- 2.2.14. Permitir bilhetagem do total de páginas impressas no período, contabilizando por impressora, por usuário, por centro de custo e/ou grupo;
- 2.2.15. Permitir o estabelecimento de cotas limitadoras de utilização do sistema, com integração ao AD, de forma que seja possível estabelecer permissões diferenciadas aos usuários e aos grupos:
 - 2.2.15.1 por horário; por quantidade de páginas;
 - 2.2.15.2 por funcionalidade (impressão e cópia reprográfica).



SENADO FEDERAL

- 2.2.15.3 para impressões, deve ser possível estabelecer cotas diferenciadas para coloridas e monocromáticas; por finalidade (particular ou a serviço)
- 2.2.16. Permitir bilhetagem offline: em caso de perda da comunicação entre o equipamento e o servidor, a base de dados deverá ser atualizada quando a comunicação ou o funcionamento for restabelecido com todas as informações sobre os serviços de reprografia realizados no período em que permaneceu sem comunicação;
- 2.2.17. Enviar relatórios de bilhetagem via servidor de e-mail
- 2.2.18. Permitir o agendamento de relatórios, que são gerados e enviados para e-mails específicos para cada gerente;
- 2.2.19. Permitir a realização de impressões confidenciais selecionadas, só realizando a impressão quando o usuário estiver ao lado do equipamento e registrar sua senha no equipamento;
- 2.2.20. Possuir autenticação integrada com o AD (Active Directory) com ao menos 6.000 usuários ativos;

REGIME DE EXECUÇÃO

3. Gestão do Serviço

A CONTRATADA será responsável em manter os equipamentos sempre providos de consumíveis, peças e acessórios e em condições de funcionamento pleno e de qualidade, de forma a atender aos níveis de serviço acordados para as demandas estimadas.

- 3.1. Monitorar os equipamentos em tempo real, efetuando alterações de configuração, checagem do status do equipamento, nível dos suprimentos de impressão, etc.;
- 3.2. Atuar diante dos alertas gerados pelo sistema de gerenciamento, tomando providências para correção do evento que gerou o alerta dentro dos prazos estabelecidos;
- 3.3. Registrar os atendimentos no sistema de registro de ocorrências do PPRODASEN;
- 3.4. Produzir relatórios gerenciais de utilização dos equipamentos, apresentando, pelo menos:
 - 3.4.1. Relatório diário de funcionamento dos equipamentos e registro de páginas impressas;
 - 3.4.2. Relatório com informações sobre usuário, nome do documento, horário de impressão, impressora, número de páginas, modo de impressão (colorida ou monocromática), tamanho do papel e custo para cada trabalho impresso;
 - 3.4.3. Relatório mensal, emitido até o quinto dia útil do mês subsequente, apresentando o número de páginas impressas produzidas por equipamento.
- 3.5. A CONTRATANTE disponibilizará para a implementação da solução de ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS o computador/servidor e licença de Windows Server, bem como o acesso para uso do banco de dados no padrão SQL.
- 3.6. A solução de administração dos serviços quaisquer outros softwares necessários, deverão ser fornecidos com todas as licenças necessárias sem ônus para o CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA, responsável pela instalação dos mesmos em equipamento designado pelo CONTRATANTE para este fim. Estes



SENADO FEDERAL

softwares deverão ser previamente homologados pelo CONTRATANTE, de forma a obedecer aos padrões utilizados em seu parque computacional.

- 3.7. Todos os equipamentos deverão possuir aplicação de contabilização embarcada no equipamento que permita contabilizar por usuário todas as impressões e cópias realizadas. Não serão aceitas aplicações instaladas nas estações dos usuários com finalidade de contabilização de impressão ou cópia, salvo com autorização específica do PRODASEN.

4. Instalação dos equipamentos

- 4.1. Os equipamentos serão instalados nos locais indicados pelo PRODASEN distribuídos em todo o campus do Senado Federal, nas residências oficiais dos Senadores e na sala VIP do Aeroporto Internacional de Brasília.
- 4.2. Havendo necessidade de alteração no local de instalação, o remanejamento/transporte ocorrerá por conta da CONTRATADA.
- 4.3. A empresa CONTRATADA deve garantir que durante a execução dos serviços os ambientes sejam mantidos em perfeitas condições de higiene e segurança. Após a conclusão do atendimento de um chamado técnico, deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, eventualmente afetado pela atuação do técnico da empresa CONTRATADA.
- 4.4. O PRODASEN será responsável pelo fornecimento de toda a infraestrutura necessária para instalação e funcionamento dos equipamentos, como local físico, tomadas elétricas no padrão NBR-14136, pontos de acesso à rede, cabos lógicos (categoria 5E) com conectores RJ45 e de pontos de telefonia onde for necessário o uso da funcionalidade de FAX.
- 4.5. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação física, à configuração e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo os cabos elétricos.
- 4.6. Caberá ao PRODASEN prover o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços.
- 4.7. Os empregados da CONTRATADA terão acesso aos locais de execução dos serviços devidamente identificados através de crachás visando cumprir as normas de segurança da Polícia do Senado.
- 4.8. Caberá ao PRODASEN fiscalizar, de acordo com sua conveniência e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.
- 4.9. A solução de administração dos serviços deverá permitir a completa exclusão dos dados nos equipamentos que possuem mecanismos de armazenamento interno dos documentos impressos, copiados ou digitalizados, como discos rígidos ou outros meios de armazenamento não volátil.
- 4.10. Sempre que solicitada a alteração do local de instalação do equipamento a contratada deverá realizar a completa exclusão dos dados previamente à retirada do equipamento, com a posterior comprovação por técnicos do contratante.
- 4.11. Caso os equipamentos não possuam voltagem compatível com a rede elétrica 220v, deverá ser fornecido pela CONTRATADA transformadores/estabilizadores de voltagem para instalação dos equipamentos, sendo estes sujeitos à homologação pela CONTRATANTE.
- 4.12. A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar a instalação de drivers dos equipamentos nas estações de trabalho dos usuários da solução.



SENADO FEDERAL

- 4.13. Previamente às primeiras instalações, com intuito de habilitar a equipe técnica da CONTRATANTE para o atendimento de primeiro nível a seus usuários, a CONTRATADA deverá ministrar treinamento a esta equipe nos seguintes aspectos:
 - 4.13.1. Utilização básica e operação dos equipamentos (alimentação de papel, impressão, digitalização, OCR, cópias e fax);
 - 4.13.2. Solução de defeitos comuns, como atolamento de papel;
 - 4.13.3. Troca de suprimentos;
 - 4.13.4. Quaisquer outras ações julgadas pertinentes.
- 4.14. Para cada equipamento instalado, o representante da CONTRATADA responsável pela instalação deverá promover a transferência de conhecimento aos usuários finais dos equipamentos, compreendendo, no mínimo:
 - 4.14.1. Alimentação de papel, substituição do suprimento, impressão, digitalização, cópias, fax e configuração de parâmetros de impressão e recomendações de uso.
- 4.15. Será emitido pela CONTRATANTE, termo individual de instalação de cada equipamento, com aferição do contador interno do equipamento e indicação da data de início para a contabilização de páginas impressas. As eventuais páginas impressas nos testes iniciais dos equipamentos não serão contabilizados para efeito de faturamento.
- 4.16. A CONTRATADA somente poderá dar início ao faturamento dos serviços após estar de posse do Termo de Recebimento e Aceite dos Serviços, que será expedido pela CONTRATANTE em até 10(dez) dias úteis após o término da implantação inicial do serviço. A expedição do Termo de Recebimento e Aceite dos Serviços.
- 4.17. Em caso de rescisão unilateral, insolvência, ou qualquer outra situação que demonstre a incapacidade da CONTRATADA em dar continuidade à prestação dos serviços, todos os equipamentos, acessórios, suprimentos e demais componentes por ela instalados deverão permanecer nas instalações da CONTRATANTE, por um período não inferior a 90(noventa) dias.

5. Implantação do Serviço

- 5.1. Após a assinatura do contrato, em reunião entre os gestores do CONTRATANTE e representantes da CONTRATADA serão discutidos:
 - 5.1.1.1. A ordem de prioridade para instalação dos equipamentos;
 - 5.1.1.2. Definição dos treinamentos destinados aos usuários e à equipe técnica do CONTRATANTE;
 - 5.1.1.3. Requisitos e informações para cadastramento de acesso à solução de administração dos serviços;
 - 5.1.1.4. Demais assuntos de interesse. Com base nas informações prestadas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá elaborar um plano de implantação dos serviços, que deverá ser apresentado no máximo, até 15(quinze) dias após a assinatura do contrato. Após a aprovação do plano de implantação dos serviços pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA terá um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão da implantação.
- 5.2. As instalações dos equipamentos que irão suportar os serviços contratados deverão ser realizadas nas dependências do CONTRATANTE, sempre acompanhadas de servidor indicado pelo CONTRATANTE. O envio, a instalação e as necessárias configurações dos equipamentos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

6. **Assistência Técnica e manutenção preventiva e corretiva**

- 6.1. Durante a vigência do contrato deverá ser prestada assistência técnica aos equipamentos instalados, sem custo adicional em relação ao preço contratado. Todos os equipamentos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica no horário de 8:00h às 18:00h nos dias úteis, e para tal, deverá utilizar a solução para abertura e acompanhamento de chamados do PRODASEN.
- 6.2. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva dos equipamentos por ela instalados, devendo apresentar cronograma de realização desses serviços para apreciação e autorização do CONTRATANTE. A manutenção preventiva deverá ainda obedecer às recomendações dos respectivos fabricantes dos equipamentos.
- 6.3. A substituição de consumíveis, exceto papel, ensejada pelo uso normal dos equipamentos deverá ser realizada pela CONTRATADA no local de instalação dos postos de impressão, devendo ser de forma pró-ativa, não gerando indisponibilidade dos serviços contratados, cabe à CONTRATADA definir a quantidade de técnicos necessários para executar tal tarefa dentro dos prazos estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço.
- 6.4. Os consumíveis deverão ser novos, não remanufaturados, sem uso anterior, e originais do fabricante do equipamento. A CONTRATADA deverá armazenar nas dependências do CONTRATANTE suprimentos suficientes para o consumo de 1(um) mês, de todo o parque de equipamentos instalados.
- 6.5. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à troca e destinação final de todos os consumíveis, exceto papel, necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado. Assim a CONTRATADA ficará responsável pelo devido recolhimento dos consumíveis utilizados, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos, que deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental.
- 6.6. Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305, de 02/08/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Senado Federal irá exigir que a Contratada e os fabricantes dos equipamentos se responsabilizem pelo mecanismo de logística reversa, o qual consiste em um conjunto de ações, procedimentos e meios para viabilizar a restituição dos resíduos, o que significa viabilizar a volta dos resíduos do Senado Federal para a Contratada e, em seguida, para o fabricante.
- 6.7. A Contratada deverá apresentar carta do(s) fabricante(s) dos equipamentos ofertados responsabilizando-se, juntamente com a Contratada, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos, citando especificamente o atendimento da Lei nº 12.305/2010.
- 6.8. A critério do CONTRATANTE poderá ser designada equipe para acompanhar o processo de descarte ou reciclagem dos consumíveis e resíduos, de forma a verificar o cumprimento da legislação ambiental vigente.
- 6.9. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária, para substituição de um componente do equipamento por desgaste ou quebra do mesmo, e ainda sempre que surgirem falhas ou defeitos na impressão (riscos nas cópias, áreas brancas, etc.).
- 6.10. Os atendimentos poderão ser iniciados mediante a detecção, pelo técnico da CONTRATADA, de um alerta gerado pelo sistema de gerenciamento. Nesse caso deverá tomar providências imediatas para correção do evento com o devido registro no Sistema de Registro de Ocorrências disponibilizado pelo PRODASEN; ou



SENADO FEDERAL

- 6.11. A partir do atendimento de primeiro nível, que será realizado por técnicos do CONTRATANTE, e que irão realizar as verificações básicas acerca de alimentação, conectividade dos equipamentos e outros problemas de menor complexidade.
- 6.12. Caso não sejam solucionados no atendimento de primeiro nível, os chamados serão direcionados ao(s) técnico(s) da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a:
- 6.12.1.1. Manutenção preventiva;
 - 6.12.1.2. Manutenção corretiva;
 - 6.12.1.3. Configuração e reconfiguração;
 - 6.12.1.4. Alocação, remoção e remanejamento de equipamentos.
- 6.13. Todos estes atendimentos serão acompanhados pela equipe de atendimento ao usuário da CONTRATANTE, que ficará responsável pela verificação da solução dos problemas e pelo fechamento dos chamados.
- 6.14. A CONTRATADA apresentará um Relatório de Visita, contendo data, hora de chamada, início e término do atendimento, identificação do módulo defeituoso, as providências adotadas e toda e qualquer informação pertinente ao chamado. Ao final de cada atendimento, o técnico deverá informar os detalhes do atendimento à Central de Atendimento do PRODASEN, a fim de atualizar a respectiva ocorrência.
- 6.15. O Relatório de Visita deverá ser assinado pelo técnico da CONTRATADA e pelo usuário atendido ou responsável pela solicitação de manutenção.
- 6.16. Mensalmente, a CONTRATADA obriga-se a enviar relatório detalhado, em formato escrito e eletrônico tipo planilha, compatível com o Microsoft Excel, ao fiscal do contrato, estipulando todos os atendimentos, hora da abertura e fechamento do chamado, quaisquer detalhes específicos da reclamação do fechamento do chamado, quaisquer detalhes específicos da reclamação do usuário, a solução adotada e a indicação do tipo e número da peça eventualmente trocada, quantidade e número de série dos componentes novos e defeituosos, consumo de insumos por equipamento (toner, papel e kits de manutenção).

7. Tipos de equipamentos que contemplam a solução, quantidades previstas e estimativa de volume médio de impressão mensal, por tipo

Categoria	Descrição	Qtd. Inicial (primeiro fornecimento)	Qtd. Total na vigência da Ata	Volume médio de impressão pgs/mês		Volume total de impressão pgs/mês
				Mono	Color	
01	Impressora Laser Monocromática, A4, Duplex, Rede TCP/IP, 50 ppm.	500	700	2000	0	1.400.000
02	Impressora Laser Colorida, A4, Duplex, Rede TCP/IP, 30 ppm.	300	400	1000	500	600.000
03	Multifuncional Laser Colorida, A4, Duplex, Rede TCP/IP, 30 ppm	200	250	1000	500	375.000
04	Multifuncional Laser Colorida, A3, Duplex, Rede TCP/IP, 40 ppm	20	25	1000	500	37.500
05	Impressora Laser Colorida, A4, Rede TCP/IP, 20 ppm	200	250	500	500	250.000
Total		1.220	1.650	5.500	2.000	2.662.500

Observação: As quantidades indicadas na tabela cima referem-se à previsão de consumo até o término da validade da Ata de Registro de Preços, ficando as entregas condicionadas à emissão de ordens de fornecimento pelo PRODASEN.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 171/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo PD nº 001.094/11-4)

ANEXO 3

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ de _____ de 2012, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.523.279/0001-15, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 4.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 171/2012, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, domiciliado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____, conforme quadro abaixo:

	PLANILHA DE PREÇOS					
ITEM	CATEG .	MODELO OFERTADO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (A1)	CUSTO FIXO POR EQUIPAMENTO (R\$) (B1)	CUSTO FIXO MENSAL (R\$) (A1) x (B1) = (C1)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C1) x 12
1	1		700			
2	2		400			
3	3		250			
4	4		25			
5	5		250			
	TOTAL CUSTO FIXO (R\$)					
ITEM	TIPO DE IMPRESSÃO		VOLUME DE IMPRESSÃO (A2)	VALOR DA PÁGINA IMPRESSA (R\$) – (B2)	VALOR MENSAL DA PRODUÇÃO (R\$) (A2) x (B2) = (C2)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C2) x 12
6	Impressão Monocromática		2.200.000			
7	Impressão Policromática		462.500			
	TOTAL DA PRODUÇÃO (R\$)					
	TOTAL: CUSTO FIXO (C1) + PRODUÇÃO (C2) – (R\$)				MENSAL (R\$)	12 MESES (R\$)



SENADO FEDERAL

Este Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão aderente poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 8º, § 3º, do Decreto nº 3.931/2011.

Respeitado o limite máximo individual por órgão aderente, o quantitativo total a ser contratado pelo conjunto de todas as adesões não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade registrada na presente Ata de Registro de Preços.

O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2012 e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e do Fornecedor Beneficiário acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2012.

SENADO FEDERAL

Fornecedor Beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

TESTEMUNHAS:

Diretor

Diretor



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2012

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 4

(Processo PD nº 001.094/11-4)

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
DA LICITANTE VENCEDORA**

A licitante vencedora deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2012
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
Fax: (DDD)
e-mail:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar a Ata de Registro de Preços)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)



SENADO FEDERAL

PLANILHA DE PREÇOS					
CATEG.	MODELO OFERTADO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (A1)	CUSTO FIXO POR EQUIPAMENTO (R\$) (B1)	CUSTO FIXO MENSAL (R\$) (A1) x (B1) = (C1)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C1) x 12
1		700			
2		400			
3		250			
4		25			
5		250			
TOTAL CUSTO FIXO (R\$)					
TIPO DE IMPRESSÃO		VOLUME DE IMPRESSÃO (A2)	VALOR DA PÁGINA IMPRESSA (R\$) (B2)	VALOR MENSAL DA PRODUÇÃO (R\$) (A2) x (B2) = (C2)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C2) x 12
Impressão Monocromática		2.200.000			
Impressão Policromática		462.500			
TOTAL DA PRODUÇÃO (R\$)					
TOTAL: CUSTO FIXO (C1) + PRODUÇÃO (C2) – (R\$)				MENSAL (R\$)	12 MESES (R\$)

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e por grupo (quando for o caso), seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2012

REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 5

(Processo PD nº 001.094/11-4)

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE PREÇOS					
CATEGORIA	MODELO OFERTADO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (A1)	CUSTO FIXO POR EQUIPAMENTO (R\$) (B1)	CUSTO FIXO MENSAL (R\$) (A1) x (B1) = (C1)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C1) x 12
1		700			
2		400			
3		250			
4		25			
5		250			
TOTAL CUSTO FIXO (R\$)					
TIPO DE IMPRESSÃO		VOLUME DE IMPRESSÃO (A2)	VALOR DA PÁGINA IMPRESSA (R\$) (B2)	VALOR MENSAL DA PRODUÇÃO (R\$) (A2) x (B2) = (C2)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C2) x 12
Impressão Monocromática		2.200.000			
Impressão Policromática		462.500			
TOTAL DA PRODUÇÃO (R\$)					
TOTAL: CUSTO FIXO (C1) + PRODUÇÃO (C2) - (R\$)				MENSAL	12 MESES

Observações:

- 1) Os valores da coluna Custo Fixo por Equipamento (B1) deverão apresentar 2 (duas) casas decimais; os valores da coluna Valor da Página Impressa (B2) deverão ser apresentados com 4(quatro) casas decimais. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para 12 meses considerando o TOTAL CUSTO FIXO + TOTAL DA PRODUÇÃO.
- 2) Os valores da PLANILHA DE PREÇOS deverão ser expressos em moeda corrente do Brasil, deverão incluir todas as incidências tributárias, despesas diretas ou indiretas, encargos fiscais, previdenciários, comerciais, sociais, trabalhistas, seguros, descontos e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do Edital.



SENADO FEDERAL

- 3) Os valores de página impressa apresentados na coluna (B2) da PLANILHA DE PREÇOS são considerados os valores máximos para pagamento, não sendo aceito e passível de desclassificação os valores apresentados acima da referida planilha.
- 4) Os valores de página impressa cotados na coluna (B2) da PLANILHA DE PREÇOS serão únicos e valerão para todas as categorias de equipamento.
- 5) É obrigatória a cotação de preços para todas as 5 (cinco) categorias de equipamento, sob pena de desclassificação em caso de omissão de 1 ou mais categorias.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 171/2012.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo PD nº 001.094/11-4)

ANEXO 6

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, _____, para o fornecimento de solução de impressão, cópia e digitalização compreendendo a cessão de direito de uso de até 1.625 (um mil seiscentos e vinte e cinco) equipamentos.

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO** ou **CONTRATANTE**, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, Cl. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 171/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral _____, às fls. ____ do Processo n.º 001.094/11-4, incorporando o Edital, Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora do **SENADO**, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto **fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização com acesso via rede local (TCP/IP), compreendendo a cessão de direito de uso de até 1.625 (um mil seiscentos e vinte e cinco) equipamentos, novos, não remanufaturados, de primeiro uso, e em linha de produção; bem como sua instalação e configuração nos locais previamente determinados pelo Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- V** - Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento do objeto deste contrato;
- VI** - Selecionar e treinar os empregados que irão prestar os serviços;
- VII** - Atender de imediato as solicitações do PRODASEN e implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos Serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- VIII** - Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independentemente da exercida pelo SENADO;
- IX** - Cumprir e fiscalizar o cumprimento, por parte de seus empregados, de leis, regulamentos e determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do contrato, cabendo-lhes exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão, por parte de seus prepostos ou convenientes, em especial quanto ao previsto na Lei dos direitos autorais.



SENADO FEDERAL

X - Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA divulgar dados, informações ou programas relacionados ao objeto a que se refere o presente contrato, devendo ser mantido sigilo absoluto em relação a todas as bases de dados, acessadas ou que venham a ser geradas, na prestação dos serviços;

XI - São de responsabilidade da CONTRATADA os danos causados às dependências do SENADO e aos equipamentos, quando evidenciada culpa, por ação ou omissão, de seus técnicos e empregados, quando decorrentes da qualidade do material ou das peças empregadas na manutenção, do mau funcionamento dos equipamentos e, ainda, por deficiência ou negligência nas inspeções.

XII – A CONTRATADA será responsável pela gestão dos equipamentos objeto deste contrato, de sua propriedade e cedidos ao SENADO no regime de cessão de direitos de uso, devendo ainda fornecer todos os insumos/consumíveis originais do fabricante do equipamento (toner, kits, exceto papel – que será fornecido pelo CONTRATANTE) necessários ao perfeito atendimento do objeto contratado, bem como pela manutenção/assistência técnica preventiva e corretiva dos mesmos (com fornecimento das peças de reposição cabíveis, todas originais do fabricante). Deverá ainda, atender as solicitações em tempo hábil, a fim de garantir a continuidade dos serviços, sem ônus adicional para o SENADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á ainda por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de apresentar os empregados da CONTRATADA e os servidores do SENADO, esclarecimento de dúvidas, clarificação das condições estabelecidas no contrato, fechamento de cronogramas, controles e, ainda, comprovação da qualificação do corpo técnico da CONTRATADA.

I) A reunião realizar-se-á no SENADO/PRODASEN em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura deste contrato, conforme agendamento efetuado pelo gestor;

II) Deverão participar dessa reunião, pelo menos, o gestor do contrato, membro(s) da equipe técnica do SENADO/PRODASEN e o preposto indicado pela CONTRATADA;

III) Nessa reunião, a CONTRATADA apresentará os técnicos que atuarão na execução do contrato, comprovando as qualificações exigidas no edital, bem como a documentação pessoal de cada técnico para confecção de documentação que permitirá o livre trânsito nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO - Os empregados subordinam-se diretamente à CONTRATADA, não mantendo qualquer vínculo empregatício com o SENADO.

PARÁGRAFO QUINTO – O SENADO reserva para si a titularidade de todos os direitos que não forem expressamente concedidos à CONTRATADA neste contrato. Todas as bases de dados, informações e programas estão protegidas por leis e tratados internacionais de direitos autorais e de propriedade intelectual.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Senado Federal ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, procedimentos operacionais, entre outros, nos termos do Termo de Confidencialidade da Informação (Anexo 05).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO NONO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar o objeto deste contrato **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato conforme a(s) marca(s) e especificação (ões) discriminada(s) em sua proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O SENADO poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta, caso a CONTRATADA entre em regime de falência ou concordata. O SENADO poderá manter o contrato e assumir o controle das atividades consideradas essenciais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O detalhamento do Regime de Execução encontra-se no Anexo 2 – Quantidades, Especificações e Regime de Execução, que é parte integrante deste contrato.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

O objeto do presente Pregão deverá ser entregue na , na Secretaria Especial de Informática, situada à Via N2, Anexo C do Senado Federal, CEP 70.165-900, Brasília-DF, acondicionado em suas embalagens, lacrados, sob pena de não recebimento, no prazo máximo descrito Cláusula Terceira.

I – Os materiais deverão estar entregues em dias úteis e horário comercial, com aviso prévio aos responsáveis pelo recebimento, nas quantidades parciais discriminadas nas respectivas Ordens de Fornecimento;

II – O objeto que for entregue em desconformidade com as condições estipuladas neste contrato, no edital e seus anexos deverão ser substituídos imediatamente, sendo o ônus decorrente da substituição de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Efetivada a entrega, os equipamentos serão recebidos:

I - provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, na data da entrega, após conferência das quantidades, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

II - definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de entrega dos materiais, após o término da implantação inicial do serviço e verificação do atendimento integral da quantidade e das especificações constante do edital, quando será expedido pelo gestor o “Termo de Recebimento e Aceite dos Equipamentos e Serviços de Instalação”, considerando-se esta data como a inicial a ser considerada para efeitos dos pagamentos mensais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

II - se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado, desde que justificados os motivos, nos termos do art. 57, §1º e seus incisos da Lei nº 8.666/1993, devendo a CONTRATADA protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS (SLA)

Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender às solicitações do SENADO, feitas por meio do PRODASEN, em qualquer horário respeitando as condições e níveis de serviço especificados a seguir.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Níveis de Serviço Exigidos (NSE) serão contados a partir das solicitações de suporte técnico e seguirão os seguintes critérios:

- I) Disponibilidade dos Serviços - Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, no horário de 8h às 18h (horário comercial), nos dias úteis, nas dependências da CONTRATANTE.
- II) O prazo máximo para início do atendimento, após a abertura do chamado técnico, será de até 2 (duas) horas comerciais. Entende-se por início do atendimento, a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento.
- III) O prazo para solução corretiva, após a abertura do chamado técnico, será de até 6 (seis) horas comerciais, quando não for possível a solução corretiva no local de instalação do equipamento, o prazo máximo para substituição do equipamento é de 24 horas, após a abertura do chamado técnico.
- IV) Nos casos de substituição de equipamentos que possuem mecanismos de armazenamento interno dos documentos impressos, copiados ou digitalizados, como discos rígidos ou outros meios de armazenamento não volátil, a contratada deverá realizar a completa exclusão dos dados previamente à retirada do equipamento, com a posterior comprovação por técnicos do contratante.
- V) Após a implantação inicial dos equipamentos que irão suportar os serviços contratados, solicitações de realocação de equipamentos deverão ser executadas em um prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir da solicitação formal do contratante, com exceção dos finais de semana e feriados.
- VI) O não cumprimento dos níveis de serviço acima especificados implicará nas penalidades previstas abaixo:

DESCRIÇÃO	MULTA A INCIDIR NA FATURA MENSAL
a) Após decorrerem de 2 (duas) a 6 (seis) horas comerciais da solicitação de abertura de uma ocorrência, sem que o atendimento tenha sido iniciado.	10% (dez por cento) do valor unitário mensal fixo referente ao equipamento envolvido no incidente.



SENADO FEDERAL

b) Após decorrerem 6 (seis) horas comerciais, sem que o atendimento tenha sido iniciado.	Advertência por escrito, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior, ficando sujeita a outras penalidades legais.
c) Iniciado o atendimento, caso o mesmo não seja concluído em até 24 (vinte e quatro) horas comerciais sem instalação de nenhum BACKUP.	50% (cinquenta por cento) do valor fixo mensal referente ao equipamento envolvido no incidente.
d) Na ocorrência de não cumprimento do prazo de 6 horas úteis para a solução corretiva ou do prazo de 24 horas para substituição do equipamento por outro compatível.	Multa de 1% (um por cento) do valor mensal referente ao equipamento, por dia de atraso.
e) Nível de resolução dos chamados abertos no mês inferior a 80% (oitenta por cento) das ocorrências.	Multa de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato.
f) Decorridas 24 (vinte e quatro horas) comerciais da solicitação de realização de equipamento, sem que a mesma tenha sido executada.	10% (dez por cento) do valor unitário mensal fixo referente ao equipamento envolvido no incidente, por dia de atraso.
g) No caso de reincidências de descumprimento do Acordo de Nível de Serviços, conforme itens acima desta tabela.	Acrescida multa de 1% até o limite de 10% do valor global do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores estimados a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

PLANILHA DE PREÇOS					
CATEG.	MODELO OFERTADO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (A1)	CUSTO FIXO POR EQUIPAMENTO (R\$) (B1)	CUSTO FIXO MENSAL (R\$) (A1) x (B1) = (C1)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C1) x 12
1		700			
2		400			
3		250			
4		25			
5		250			
TOTAL CUSTO FIXO (R\$)					
TIPO DE IMPRESSÃO		VOLUME DE IMPRESSÃO (A2)	VALOR DA PÁGINA IMPRESSA (R\$) (B2)	VALOR MENSAL DA PRODUÇÃO (R\$) (A2) x (B2) = (C2)	TOTAL EM 12 MESES (R\$) (C2) x 12



SENADO FEDERAL

Impressão Monocromática	2.200.000			
Impressão Policromática	462.500			
TOTAL DA PRODUÇÃO (R\$)				
TOTAL: CUSTO FIXO (C1) + PRODUÇÃO (C2) – (R\$)		MENSAL (R\$)	12 MESES (R\$)	

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global anual do presente instrumento é de, no máximo, R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá apresentar até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a nota fiscal para pagamento e o relatório apresentando o número de páginas impressas por equipamento, com os correspondentes valores devidos pela impressão das páginas. Para efeito de pagamento, serão contabilizadas as páginas efetivamente impressas em cada equipamento de cada categoria, considerando ainda os seguintes critérios:

I - O pagamento será realizado para cada página efetivamente impressa, acrescido de um custo fixo mensal referente ao custo de cada um dos equipamentos alocados. Considera-se como página efetivamente impressa a impressão em um dos lados de uma folha, com qualidade e sem falhas na impressão. Nos casos de configuração de impressão de múltiplas páginas de um documento em apenas uma folha de papel (por exemplo, impressões em formato de livreto ou miniaturas), será contabilizada apenas uma impressão efetiva por cada lado de folha impressa, e não a quantidade de páginas do documento. A contabilização de páginas efetivamente impressas será sempre realizada através do contador interno de cada equipamento. As digitalizações que não originem documentos impressos não serão contabilizadas para efeito de faturamento.

II - Nos equipamentos policromáticos deverá haver a contabilização diferenciada das páginas impressas em preto e branco e em cores.

III - A página impressa em preto e branco na impressora colorida categorias 2, 3, 4 e 5 deverá ter o mesmo valor unitário da página impressa no equipamento monocromático (Categoria 1).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será feito mensalmente por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA no prazo de **9 (nove) dias úteis**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, mediante a apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, ficando condicionado à prévia atestação do gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento ficará condicionado à apresentação da garantia prevista na cláusula décima e juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o



SENADO FEDERAL

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de suspensão do pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do Índice nacional de Preços ao Consumidor ou por outro indicador que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de _____ de 20__.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

- I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I) advertência;
- II) multa;
- III) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;
- IV) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e
- V) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo das sanções aplicadas com base nos incisos anteriores III e IV.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V do *caput* desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I - Apresentar documentação falsa;
- II – Fraudar na execução do contrato;
- III – Comportar-se de modo inidôneo;
- IV – Fazer declaração falsa;
- V – Cometer fraude fiscal.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO OITAVO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula décima deste contrato.

PARÁGRAFO NONO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de rescisão unilateral são assegurados ao SENADO os seguintes direitos, sem prejuízos das sanções aplicáveis à CONTRATADA, prevista na Lei 8.666, de 1993:

I - Assumir de imediato o objeto do contrato, no estado e no local em que se encontrar e ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos na execução do contrato, necessários a sua continuidade.

II - Executar a garantia do contrato e reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao SENADO pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUINTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 36 (trinta e seis) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 57, IV, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2012

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2012

(Processo PD nº 001.094/11-4)

ANEXO 7

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0004-68, doravante denominado SF e **NOME DA EMPRESA**, pessoa jurídica com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ..., doravante denominada NOME DA EMPRESA e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato SF nº, celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, cujo objeto é a, mediante condições estabelecidas pelo SF;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a NOME DA EMPRESA tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SF de que a NOME DA EMPRESA tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

O SF estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES do SF, principalmente aquelas classificadas como CONFIDENCIAIS, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

a) As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo SF;

b) A NOME DA EMPRESA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo SF, a partir da



SENADO FEDERAL

data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo SF;

c) A NOME DA EMPRESA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do SF;

d) O SF, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela NOME DA EMPRESA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

a) As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- a1) Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
- a2) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- a3) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

a) A NOME DA EMPRESA se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO;

b) A NOME DA EMPRESA se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do SF;

b1) O consentimento mencionado na alínea “b”, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

c) A NOME DA EMPRESA se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES do SF;

d) A NOME DA EMPRESA deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do SF, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo SF;

e) Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO;

f) O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.



SENADO FEDERAL

f1) Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à NOME DA EMPRESA, são única e exclusiva propriedade intelectual do SF;

g) A NOME DA EMPRESA firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

h) A NOME DA EMPRESA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

a) Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

a) O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 5 (cinco) anos após o término do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

a) A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a NOME DA EMPRESA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo SF, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Este TERMO constitui vínculo indissociável ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

b) O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;



SENADO FEDERAL

- c) Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do SF;
- d) O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;
- e) A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

O SF elege o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, pela NOME DA EMPRESA, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, de de 20__.

Nome
Diretor
NOME DA EMPRESA.